



PREFEITURA MUNICIPAL DE DRACENA

Estado de São Paulo

CM-100

82
MENSAGEM N° 056

DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021.

Encaminha Projeto de Lei que “Dispõe sobre a utilização de pronomes de tratamento e estabelece direito dos cidadãos ao aprendizado coerente da língua portuguesa”.

Senhor Presidente:

Sirvo-me da presente para encaminhar à apreciação desta ilustre edilidade o incluso Projeto de Lei que “Dispõe sobre a utilização de pronomes de tratamento e estabelece direito dos cidadãos ao aprendizado coerente da língua portuguesa”.

Preambularmente, a presente proposição é de competência legislativa concorrente dos Estados, segundo ditames do art. 24, IX, da Constituição Federal, estando, pois, em harmonia com o RI-ALMT, eis que não afronta seu art. 155, não havendo causa de prejudicidade (art. 194), tão pouco.

Superada a análise de admissibilidade legiferante, esta proposição busca promover a utilização de pronomes de tratamento e estabelecer direito dos cidadãos ao aprendizado coerente da língua portuguesa.

Pronome pessoal de terceira pessoa do singular neutro de gênero, popularmente chamado de pronome neutro, refere-se aos pronomes que não especificam o sexo/gênero de um indivíduo, representando outrem, que seria outra pessoa além da que faz a oratória ou à que se dirige.

O pronome neutro visa criar uma terceira opção para os pronomes de tratamento, além do feminino e do masculino, sob o pretexto de criar igualdade que em verdade, faz criar sem base legal, modificação ilícita na língua portuguesa em desencontro com as Diretrizes Curriculares Nacional - DCN, com o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa - VOLP e com a grafia fixada no Tratado Internacional Vinculativo do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa, de 16 de novembro de 1990.

Movimento criado mais fortemente pelas mídias sociais, onde diversos grupos trazem formas de comunicação diversas das regras existentes, que mais conhecidas como “gírias” e tentadas a serem emplacadas como língua cotidiada, como por exemplo, com a retirada das vogais “a” ou “o” por “x”, ou ainda, a utilização de criações para trocar “amigas” por “amigues”, para não haver identificação de gênero.

Primeiro, conforme pesquisadores da área de linguística, a utilização do gênero masculino para generalizar um grupo de pessoas não se caracteriza como uma marcação preconceituosa, pois sua gênese advém do latim – língua mãe do português – que assim também demarcava a identificação de conglomerados.

Sobre o tema, o linguista Joaquim Mattoso Câmara Jr., em uma das mais aprofundadas pesquisas acerca desse objeto (“Considerações sobre o gênero em português”), assevera que o gênero masculino é, em verdade, um gênero neutro, o que se identifica gramaticalmente, não por aferições ideológicas. Com efeito, sustenta o



PREFEITURA MUNICIPAL DE DRACENA
Estado de São Paulo

32

MENSAGEM N° 056

DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021.

F1 02

estudioso que o feminino é, em português, uma particularização do masculino, sendo, portanto, o único gênero com marcação na língua portuguesa, usado em contraposição a vocábulos que fazem referência a objetos, seres e pessoas masculinas. Pautado no mesmo axioma, o professor da Unicamp, Sírio Posseti, explica que os substantivos com marca de gênero, em português, estão atrelados ao que se identifica como feminino, sendo que, em todas as demais hipóteses, presume-se a inexistência de gênero (inclusive nos nomes considerados masculinos).

Assim, sob a ideia deste movimento de terceiros que tentam emplacar nova linguagem ou a alteração de linguagem existente para contemplar o pronome neutro, afirmam na verdade que toda a língua portuguesa é preconceituosa desde sua criação, o que não faz o menor sentido, até mesmo porque, a língua portuguesa tem origem do latim, e aos conhecedores de história, sabe-se que Roma teve o mais de seus conhecidos reis, um homossexual, Júlio César.

Logo, a Língua Portuguesa não é preconceituosa, mas sim aqueles que a pretendem utilizar para militância ideológica e exaltação de agenda política, modificando a realidade para moldá-la a seus propósitos escusos.

Nessa linha, pela semiântica, uma palavra só traduz o significado que você dá a ela. Logo, vemos que em verdade, este grupo de militantes encorajados pela força das mídias sociais e sua propagação de nível abrupto, nada mais do que empregam na língua portuguesa uma projeção de seus próprios preconceitos, e por isso, não pode toda a sociedade ser impactada.

A psicologia explica tais projeções como manifestações de proteção do próprio ego.^[1]

Vivian Cintra, mestre em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP), explica que "*a língua simplesmente expressa comportamentos manifestados por pessoas que são preconceituosas. Então, quando o uso de uma palavra é considerado machista, isso revela algo sobre quem fez esse uso, e não necessariamente sobre a palavra em si*".

Não menos importante, a linguagem neutra, em suposta tentativa de incluir grupos marginalizados, segregaria outros, como pessoas com autistas e dislexos, por inibir o processo de entendimento gráfico, além de cegos, que, após longo processo para redescobrir a leitura por programas e aplicativos, perderão a eficiência dos mesmos, dada a incompatibilidade em pronunciar algarismos sem qualquer padronização ou fonética gramatical.

No mesmo norte, não é difícil concluir que, se os próprios professores fazem uso desse tipo de linguagem, os alunos seguirão o exemplo, o que prejudicará o processo de compreensão das letras e, por consequência, a escrita. O resultado prático disso será uma comunhão de jovens programados para escrever em dissonância com a norma culta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DRACENA
Estado de São Paulo

82
MENSAGEM N° 056

DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021.

F1 03

Diante desse contexto, verifica-se que a pretensão de uma linguagem não binária é, em verdade, retrato de uma posição sociopolítica, que, nem de longe, representa uma demanda social, mas de minúsculos grupos militantes, que têm por objetivo avançar suas agendas ideológicas, utilizando a comunidade escolar como massa de manobra. Afinal, “a realidade está definida com palavras, quem controla as palavras controla a realidade.” (Antonio Gramsci)

Em BH projeto de lei semelhante já tramita e tem aprovação das comissões, sobretudo, de Direitos Humanos. Em nível federal também há proposição similar contido no Projeto de Lei 5.248/20. E também há o Projeto de Lei 3.325/20 protocolado junto à ALRJ.

O intento maior é velar pela Educação adequada de toda a população do Município de Dracena, considerando que não há até o dado momento qualquer legislação neste Estado ou federal vigente neste sentido.

Estou seguro de que a relevância desta iniciativa haverá de receber o indispensável apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Solicito regime de urgência na apreciação do presente projeto de lei.

Sendo o que se apresenta, aproveito a oportunidade para apresentar à Vossa Excelência e Nobres Edis componentes desta Casa de Leis protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

ANDRÉ KOZAN LEMOS
Prefeito Municipal

**EXMO. SR.
CLAUDINEI MILLAN PESSOA
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DRACENA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE DRACENA
Estado de São Paulo

82

PROJETO DE LEI N° 056

- DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021.

Dispõe sobre a utilização de pronomes de tratamento e estabelece direito dos cidadãos ao aprendizado coerente da língua portuguesa.

ANDRÉ KOZAN LEMOS, Prefeito Municipal de Dracena, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCTIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica vedado no âmbito do Município de Dracena a utilização de pronomes de tratamento neutros, primando pelo emprego e ensino escorreito da língua portuguesa.

§ 1º Aos estudantes será assegurado o ensino com base nas Diretrizes Curriculares Nacional - DCN, com o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa - VOLP e com a grafia fixada no Tratado Internacional Vinculativo do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa, de 16 de novembro de 1990.

§2º O disposto neste artigo abrange o sistema de ensino público e privado, os títulos e documentos oficiais da administração pública, os materiais didáticos e curriculares, os editais públicos, as ações culturais, desportivas, sociais e publicitárias que recebam verba pública de qualquer natureza.

§3º A violação dos direitos encartados no parágrafo primeiro acarretará em sanções às instituições de ensino, aos profissionais da educação que concorrerem para tanto, nos termos da norma reguladora a ser expedida pelo Governo Municipal.

§4º A redação errônea de documentos, títulos e editais públicos nos termos deste artigo poderá ensejar a sua invalidade.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizar a firmar convênio com instituições públicas e privadas voltadas à valorização da língua nacional.

Art. 3º O Poder Executivo editará normas para regulamentar a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ KOZAN LEMOS
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE DRACENA**

AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, Nº 1437 - CENTRO - CNPJ: 44.880.060/0001-11
DRACENA/SP - CEP 17.900-000
FONE: (18) 3821-8000



CÓDIGO DE ACESSO
A6DF939D68104E52BCB8A5F1A3FEFEEB

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- ✓ Assinante: ANDRE KOZAN LEMOS:27155113883 em 11/11/2021 16:50:25 -02:00
CPF: 271.551.138-83
Unidade certificadora: ICP-Brasil - AC Certisign RFB G5

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://dracena.flowdocs.com.br:2053/public/signatures/A6DF939D68104E52BCB8A5F1A3FEFEEB>